
Entre a Religiosidade e o Feminismo: a Abordagem sobre a Igualdade de Gênero na Rádio Gospel H'ora¹

Fládima Rodrigues CHRISTOFARI²

Daniela Cristiane OTA³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

Resumo

A religiosidade é um importante fator de mediação social. Atualmente as religiões cristãs ultrapassaram os limites dos templos e estão cada vez mais inseridas nos meios de comunicação e nos ambientes de decisão pública. Este trabalho analisou se a cobertura da rádio gospel H'ora (FM 92,3), de Campo Grande – MS, favorece o debate sobre a igualdade de gênero e o empoderamento feminino entre o público cristão, a partir da análise de conteúdo das entrevistas veiculadas no Jornal da Hora especial Mulher, escolhidos os dias 09, 10 e 12 de março de 2020. Por meio dos resultados obtidos, concluiu-se que a abordagem realizada pelo radiojornal contribuiu para uma reflexão sobre o machismo, o empoderamento feminino e os direitos das mulheres.

Palavras-chave: Rádio; Religião; Machismo; Empoderamento Feminino; Igualdade de Gênero.

Introdução

A população brasileira é composta majoritariamente por mulheres, elas somam 51,8% do total de habitantes do país, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD 2019). Desde a Constituição Federal de 1988 até agora, o Brasil apresenta leis destinadas à proteção dos direitos fundamentais das mulheres. As principais delas estão: no Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual prevê a igualdade entre os homens e as mulheres em seus direitos e obrigações e na Lei nº 9.504/1997, que obriga cada partido ou coligação a preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Email: fladima.christofari@ufms.br.

³ Doutora em Comunicação pela ECA-USP; Professora Associada do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: daniela.ota@ufms.br.

Ainda que a legislação garanta esses avanços para a igualdade de gênero, na prática, o que se observa é o desrespeito ao feminino em diversos espaços: na política, nas igrejas, no mercado de trabalho, especialmente nos lugares de gestão e liderança, onde elas são minoria. E ainda, com relação ao aumento nos registros de casos de violência contra a mulher e de feminicídios, a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – foi criada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e, a partir da Lei nº 13.104/2015, o crime de assassinato de mulheres motivado pela questão de gênero passou a ser tipificado como Feminicídio⁴ e a ser tratado como crime de extrema gravidade e inafiançável (hediondo).

Ao observar os números da violência contra o gênero feminino e a desigualdade presente no cotidiano das mulheres no Brasil e no mundo evidencia-se a importância de pautar o assunto nos meios de comunicação social para suscitar uma sociedade mais informada e consciente. O papel da mídia nesse sentido é fundamental para reproduzir e disseminar as discussões sobre a igualdade de gênero por meio da conscientização, reflexão e debate sobre a importância do respeito e cumprimento desses direitos já conquistados.

(...) hoje, os meios de comunicação de massa consistem no principal ou, na pior das hipóteses, em um dos principais agentes de mediação da sociedade em tempos de globalização. Através de textos, sons e imagens, a cultura midiática corrobora, assim, os laços sociais, ao mesmo tempo que fornece elementos de homogeneização de discursos e identidades. (CRUZ, 2011, p. 183)

Por isso, o objetivo desta pesquisa foi o de analisar se a cobertura da rádio gospel H'ora, durante o Especial Semana da Mulher, favoreceu o debate sobre a igualdade de gênero e o empoderamento feminino, a partir da análise de conteúdo das entrevistas veiculadas no Jornal da Hora nos dias 09, 10 e 12 de março de 2020. A emissora promoveu, neste ano, uma semana especial, com início no dia 09 e término no dia 13 de março, para debater a participação feminina na sociedade durante os três programas do período diurno: o Jornal da Hora (7h às 8h), o Bom Dia 92 (8h às 12h) e o Show da Hora (14h às 18h). Personalidades, figuras do cenário político, empreendedoras e profissionais de diversos setores estiveram nos estúdios no decorrer da programação especial.

⁴ “Essa qualificadora se configura quando se comprova que a causa do assassinato ocorreu por questões de gênero, isto é, quando uma mulher é assassinada simplesmente por ser mulher, ou quando o crime é cometido em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher” (Relatório Estatístico do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, 2019, p. 1).

Além das entrevistas, observou-se a interação dos (as) ouvintes por meio do WhatsApp, Facebook e Instagram da rádio H'ora, a respeito das pautas apresentadas, já que as opiniões expostas representam pensamentos comuns da sociedade, especialmente dos frequentadores de igrejas cristãs – o público da rádio.

1. A Violência contra as Mulheres no Brasil

O Brasil está em quinto lugar no ranking de países com maior número de crimes violentos contra mulheres (Mapa da Violência, 2015), estima-se que a cada dois minutos ocorra um caso de violência doméstica contra a mulher no país. Os feminicídios, crimes relacionados ao gênero, fizeram 1.206 vítimas no ano de 2018, foi o ápice da mortalidade feminina em 30 anos. Em 88,8% dos casos, o autor foi o companheiro ou o ex-companheiro da vítima (Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019).

Mato Grosso do Sul (MS) é o terceiro Estado no Brasil com maior número de feminicídios, foram registrados 30 casos durante o ano de 2019. No mesmo período foram recebidas 51 denúncias de agressão doméstica por dia; 150 denúncias de agressões físicas tipificadas como lesão corporal dolosa (com intenção) por semana e 130 registros de estupro por mês. Houve 98 tentativas de feminicídios não-consumados (Mapa do Feminicídio MS, 2020).

Campo Grande foi a primeira capital a receber a Casa da Mulher Brasileira, em 2015, uma iniciativa do Governo Federal para oferecer atendimento e amparo às mulheres em situação de violência. Em 2014, a capital foi a que registrou a maior taxa de atendimentos na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. Naquele período, MS apresentou a segunda maior taxa de registros de violência doméstica entre as unidades federativas do país e o Estado também foi o segundo em casos de estupros no Brasil (Governo Federal, 2015). Atualmente, estão em funcionamento as Casas da Mulher Brasileira de Campo Grande (MS), São Luís (MA), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), São Paulo (SP) e Boa Vista (RR).

Como visto, o enfrentamento à violência contra a mulher é um dos maiores desafios dos tempos atuais para a garantia da igualdade de gênero. Ainda que existam leis para proteger a mulher, a maioria dos crimes (77%) ocorre dentro de casa, no local onde elas deveriam estar mais amparadas (Mapa do Feminicídio MS, 2020). E o desrespeito ao feminino não está só dentro do ambiente familiar. Na política, nas igrejas

e no mercado de trabalho, especialmente nos lugares de gestão e liderança, elas ainda sofrem preconceitos.

2. A Relação entre a Religião e a Igualdade de Gênero

Segundo pesquisa do Datafolha, divulgada pelo jornal Folha de São Paulo em janeiro de 2020, as mulheres correspondem a 58% público das igrejas evangélicas e 51% das católicas. Para Geertz (2008) a religião fundamenta as ações humanas, apoia a conduta considerada satisfatória para o senso comum e contribui, assim, para a coesão da vida social. O sistema religioso é uma mediação em que se apreende o conhecimento de como a vida deve ser vivida.

O que quer que a religião possa ser além disso, ela é, em parte, uma tentativa (de uma espécie implícita e diretamente sentida, em vez de explícita e conscientemente pensada) de conservar a provisão de significados gerais em termos dos quais cada indivíduo interpreta sua experiência e organiza sua conduta. (GEERTZ, 2008, p. 95)

Vilhena (2009) acredita que as desigualdades entre os gêneros feminino e masculino foram construídas ao longo da história por meio de uma cultura baseada nas religiões cristãs ocidentais, caracterizadas pela a imagem masculina da divindade e da interpretação sexista da Bíblia.

Há milênios as mulheres foram tratadas de forma desigual, inferiorizadas, submetidas a várias violências. Historicamente o ser humano mais humilhado desprivilegiado foi a mulher. Logicamente que à medida que as sociedades humanas foram evoluindo, as formas discriminatórias contra as mulheres foram também sendo refinadas, disfarçadas, ocultadas, mas não superadas ou erradicadas. (VILHENA, 2009, p. 82)

Toldy (2010) destaca algumas escrituras da Bíblia que reforçaram a ideia da submissão da mulher ao homem: “A cabeça de todo o homem é Cristo, a cabeça da mulher é o homem, e a cabeça de Cristo é Deus” (1ª Carta de S. Paulo aos Coríntios: 11,3) e “o homem é a imagem e a glória de Deus; mas a mulher é a glória do homem” (1ª Carta de S. Paulo aos Coríntios:11,7). O livro sagrado traz ainda as seguintes mensagens: “Com a costela que havia tirado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e a levou até ele. Disse então o homem: ‘Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada’ (Gênesis 2:21-23), “A mulher exemplar é a coroa do seu marido, mas a de comportamento vergonhoso é como câncer em seus

ossos” (Provérbios 12:4) e “Ora, assim como a Igreja é submissa a Cristo, assim também o sejam em tudo as mulheres a seus maridos” (Efésios 5:24).

É necessário ver ou considerar como uma das causas da violência na família o fato de todas as religiões apresentarem as mulheres na escritura e na tradição como se não fossem sujeitos humanos completos, mas apenas sujeitos subordinados, enquanto propriedade dos seus maridos ou pais. As mulheres, enquanto propriedade dos homens, ficam indefesas face aos maus-tratos ou face a assassinatos relacionados com os dotes. (GREY *apud* TOLDY 2010, p. 2).

O “dualismo metafísico ocidental”, isto é, a ideia que o mundo é composto por categorias binárias (bem/mal, inferior/superior), reforçado pela espiritualidade cristã, é a conjectura para as formas de opressão social (racismo, sexismo, entre outros). Esse pensamento formou a base de sistemas de crenças judaico-cristãs. Por isso, “a religião patriarcal fundamentalista foi e ainda é uma barreira impedindo que o pensamento e a prática feminista se espalhem” (HOOKS, 2018, p. 112).

Na contramão desse pensamento estava o movimento feminista, que se difundiu a partir do século XIX. Inicialmente o movimento foi composto por mulheres que trabalhavam nas indústrias têxteis por cerca de doze até dezesseis horas por dia, em péssimas condições de trabalho, com raros intervalos. No início de 1820 as operárias iniciaram greves e protestos devido às opressões que sofriam por serem mulheres e pelas condições degradantes que as adoeciam nas indústrias. A partir de 1850 inúmeras convenções passaram a atrair mulheres para lutar pela liberdade feminina (DAVIS, 2013). As pautas feministas foram avançando no decorrer dos séculos e incluíram as lutas pela liberdade, desde a abolição da escravatura ao o direito ao voto, à educação, ao divórcio e ao controle da natalidade; até a divisão dos trabalhos domésticos, a igualdade de salários, a participação feminina em cargos políticos, entre outras.

Segundo Hooks (2018, p. 18), a sociedade predominantemente cristã levou a coletividade a acreditar que “Deus ordenou que mulheres fossem subordinadas aos homens”, dificultando até hoje o entendimento sobre a importância de colocar homens e mulheres em condições de igualdade.

Ainda que multidões de mulheres tenham entrado no mercado de trabalho, ainda que várias mulheres sejam chefes e arrimo de família, a noção de vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação é a de que a lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não. (HOOKS 2018, p. 18)

Adichie (2012, p. 5) acredita que o atual desafio do movimento feminista é trazer para a sociedade os problemas que a discriminação ao gênero feminino vem causando há tantos séculos, como a naturalização da submissão da mulher ao homem, a não aceitação das decisões delas sobre o seu próprio corpo, o estupro, o abuso (moral, psicológico e sexual) e a violências causadas pelo menosprezo ao gênero e por considerar que tudo isso faz parte da cultura. “A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura” (ADICHIE, 2012, p. 15).

3. Jornal da Hora – Especial Mulher: uma Abordagem sobre a Igualdade de Gênero e o Empoderamento Feminino

Desde a década de 1980, a presença das religiões nos sistemas midiáticos, especialmente no rádio, tem crescido no Brasil. Conforme o relatório do *Media Ownership Monitor* (MOM) – Brasil, dos 50 veículos de comunicação pesquisados, nove são de propriedade de lideranças religiosas cristãs dominantes no Brasil, tais como: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Católica Romana, Igreja Apostólica Renascer em Cristo e Igreja Adventista do Sétimo Dia. Lideranças religiosas do país também são responsáveis por veículos de menor audiência, como jornais de circulação gratuita e revistas (MOM, 2017).

A rádio gospel interdenominacional⁵ H’ora (FM 92,3) opera na cidade de Campo Grande-MS e chega a diversos lugares por meio das redes sociais (Facebook e Instagram) e pelo seu site na internet www.radiohora.com.br. No mês em que se comemora o Dia Internacional de Mulher (8 de março), a emissora organizou uma programação especial para debater a participação feminina na sociedade.

A metodologia utilizada para definição do corpus, observação e análise dos dados desta pesquisa foi a Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (1995, p. 19) compreende “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. O programa escolhido para esta análise foi o “Jornal da Hora”, devido ao seu caráter jornalístico, e somente as entrevistas veiculadas nos dias 09, 10 e 12 de março de 2020 foram analisadas. Nestas datas o jornal recebeu, respectivamente: a Subsecretária Estadual de Políticas Públicas para as

⁵ A rádio não pertence a uma denominação religiosa específica.

Mulheres, Luciana Azambuja; a assessora jurídica da Coordenadoria da Mulher no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), Rosimeire Batista e a vereadora de Campo Grande, Dharleng Campos.

O estudo seguiu as seguintes etapas propostas por Bardin (1995): a pré-análise (a partir da leitura flutuante, a definição do corpus da pesquisa, a representatividade do material coletado, a exaustividade ao decupar todas as entrevistas selecionadas, a homogeneidade e pertinência na tratativa da igualdade de gênero, a formulação de hipóteses e referenciação dos índices e elaboração de indicadores), a preparação e exploração do material, a análise qualitativa do corpus e a categorização dos temas.

A pré-análise foi realizada a partir da escuta atenta das entrevistas inicialmente em todos os programas veiculados durante a “Semana da Hora – especial Mulher”, seguida da escolha pelas entrevistas do programa jornalístico “Jornal da Hora” para estabelecer o corpus de análise.

Conforme Ferrareto (2001) o radiojornal reúne várias formas jornalísticas, como boletins de notícia, previsão do tempo, comentários com a opinião do locutor, entrevistas, entre outros. O Jornal da Hora possui essa estrutura, é iniciado com comentários do apresentador sobre as principais notícias veiculadas por jornais impressos e online, a participação de repórteres dentro de fora estúdio (de Brasília), quadros com lições de finanças pessoais e notícias esportivas e as entrevistas, que ocupam a maior parte - cerca de 40 minutos - do jornal. Durante a entrevista são realizadas as interações com ouvintes que enviam seus comentários.

O programa de entrevista representa parcela significativa da programação das emissoras dedicadas ao jornalismo. Nele, é fundamental a figura do apresentador que conduz as entrevistas, chama repórteres e, quando necessário, emite opiniões. No entanto, a interpelação de protagonistas dos fatos ou de analistas ocupa a maior parte da emissão. (FERRARETO, 2001, p.56)

As entrevistas com as três personalidades citadas foram selecionadas devido às falas das entrevistadas trazerem discussões sobre a violência de gênero, a participação feminina na sociedade e o machismo estrutural. Após a escolha do programa e dos dias que seriam analisados, optou-se pela degravação das três entrevistas selecionadas, para então categorizar as perguntas, respostas ou comentários que continham os seguintes temas:

-
- a) Machismo. Os termos encontrados que continham relação com o tema foram: machismo/ machista, masculinidade tóxica, [homem] violento/agressor, violência/violento/violação, [homem] agressor/agressivo/agressão, abuso/abusivo/abusar, algoz (s).
- b) Feminismo e empoderamento feminino. Os termos encontrados foram: feminismo/feminista/feminina, empoderamento feminino/das mulheres, sororidade, direito(s), empreendedorismo/empreendedoras.
- c) Igualdade de gênero: discriminação [da mulher], (des)igualdade de gênero e discriminação (s).

Buscou-se compreender, a partir da análise qualitativa do material, se a abordagem realizada pelo jornal contribuiu para uma reflexão sobre a pauta: igualdade de gênero e o empoderamento feminino, tendo em vista que a moral religiosa influencia nesta compreensão. Bardin (1995, p.115) considera que a análise qualitativa “corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos ou à evolução das hipóteses”. A principal hipótese levantada foi de que haveria divergências entre a opinião dos ouvintes sobre o tema devido a uma construção histórica, social e religiosa que, como visto, favorece a mentalidade dominante de que a mulher deve ser submissa ao homem.

A semana de entrevistas realizada pelo Jornal da Hora teve em média 40 minutos de tempo de participação de cada convidada, o que totaliza aproximadamente 3h30min no decorrer da semana. O jornal vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 7h às 8h da manhã. Nesta análise foram contabilizadas 2h10min de entrevistas com três convidadas: Luciana Azambuja (44 min.), Rosimeire Batista (44 min.) e Dharleng Campos (38 min.). Nos debates foram encontrados 101 palavras ou expressões que remetiam ao machismo, 23 sobre o feminismo e o empoderamento feminino e nove sobre a (des)igualdade de gênero e discriminações, conforme mostra a figura 1:

Figura 1 – Análise Temática

Machismo/Machista	Qtde.	Feminismo/Empoderamento	Qtde.	Igualdade de Gênero	Qtde.
Machismo/Machista	2	Feminismo/Feminista/Feminina	5	Igualdade de gênero	0
Masculinidade tóxica	1	Empoderamento feminino/das mulheres	5	Desigualdade de gênero	2

Violência/Violento(a)/Violação	68	Sororidade	1	Discriminação(ões)	7
Agressor/agressivo/agressão	23	Direito(s)	4		
Abuso/Abusivo/Abusar	5	Empreendedorismo/Empreendedoras	8		
Algoz/Algozes	2				
Total:	101		23		9

Fonte: Elaboração própria.

Observou-se que o assunto que rendeu maior debate no decorrer de toda a semana foi o da violência doméstica, incitado pelos altos índices registrados no Estado. Verificou-se que, ao repercutir números e histórias sobre as violências sofridas por mulheres, locutor e entrevistadas chegaram aos principais desafios atuais para que se possa alcançar a igualdade de gênero: o machismo histórico e estrutural ainda presente na sociedade; a maior inserção da mulher no mercado de trabalho e sua pouca participação em cargos de liderança; a tripla jornada das mulheres trabalhadoras em vista da pouca participação do homem nos trabalhos domésticos; a pouca inserção das mulheres na política; o preconceito quando mulheres ocupam funções antes comandadas por homens; a submissão de mulheres à violência física, moral e psicológica por questões afetivas e financeiras; a esperança de mulheres pela cura do marido agressor por meio da fé; entre outros pontos de discussão.

O machismo foi o tema mais comentado nas entrevistas, ele está associado às causas das discriminações e violações aos direitos das mulheres, da violência doméstica e dos feminicídios. Ao iniciar a entrevista com a subsecretária Luciana, o jornalista Arthur Mário relatou o título de uma matéria do site Campo Grande News⁶ em que a vítima de violência afirmava se sentir culpada por ter sido agredida pelo companheiro. O locutor então insere, desde o início da entrevista, o conceito “sociedade machista” como principal causa das violações aos direitos das mulheres: “(...) Olha é muito triste né, sentimento de culpa, violência física, assédio psicológico, assédio moral em locais de trabalho, assédio sexual, dupla jornada de trabalho, e, por último, a questão do feminicídio. Quer dizer, são

⁶ Notícia disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/-e-como-se-voce-tivesse-pedindo-para-morrer-diz-vitima-no-dia-da-mulher>>

tantos aspectos para vocês abordarem e trabalharem com essa sociedade machista ainda né?”.

Os grupos de palavras-chave que mais apareceram dentro do conceito de machismo foram: violência/violento(a)/violação (68), agressor/agressivo/agressão (23), abuso/abusivo/abusar (5), machismo/machista (2), algoz/algozes (2) e masculinidade tóxica (1), isso se deve à ideia de que o machismo é a relação de dominação que divide os sexos (feminino/masculino) em hierarquias, sendo o masculino o dominante e o feminino o dominado: “o machismo representa-articula (relações reais e imaginárias) esta dominação do homem sobre a mulher na sociedade” (DRUMONT, 1980, p. 82). Para Minayo (2005, p.18-19) o conceito de masculino na sociedade ocidental está atrelado “ao sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto; o lugar da ação, da decisão e da chefia das relações familiares e o agente do poder da violência”.

Na entrevista com a assessora jurídica da Coordenadoria da Mulher do TJMS, Rosimeire Batista, o entrevistador questionou o que mais seria necessário fazer, além das leis de proteção, para coibir as ações dos homens agressores. Batista argumentou que o mais importante é ajudar a conscientizar as pessoas sobre a existência do machismo estrutural: “(...) permanece no inconsciente nosso, da sociedade em geral, essa inferioridade da mulher e a gente precisa trabalhar isso. (...) Nós mudamos as leis, mas permanece essa cultura de inferioridade da mulher e é isso que a gente precisa mudar”.

O feminismo e o empoderamento feminino foi o segundo maior foco de discussões nas entrevistas, aparecendo como palavras-chave o empreendedorismo feminino (8), o empoderamento das mulheres (5), o feminismo e o feminino (5), os direitos das mulheres (4) e a sororidade (1). O termo empreendedorismo e empreendedoras foi muito utilizado pelo jornalista para anunciar as entrevistas realizadas durante a programação pela semana dedicada à mulher: “Semana da Hora sendo lançada neste momento e, durante toda a semana, a rádio H’ora lado a lado com as mulheres, lideranças empreendedoras, as lideranças femininas que atuam no setor público (...)” e “nesta Semana da Hora o que fica evidenciado é que, com tantos e tantos problemas e questões, a rádio pautou muitas mulheres empreendedoras dos mais diversos setores, do setor público e privado”, disse o apresentador nos dias 09 e 12 de março de 2020, respectivamente.

Em relação ao feminismo, falou-se brevemente sobre as circunstâncias que levaram à criação do Dia Internacional da Mulher, mas não foram citados nomes do

movimento feminista ou o significado do feminismo. De qualquer maneira, as entrevistas focaram em discussões que são preocupações do movimento: a ausência das mulheres em cargos políticos, ações para o empoderamento feminino no Estado e, principalmente, o enfrentamento à violência contra a mulher. Sem detalhamentos, a expressão “sororidade” também apareceu, em uma resposta da subsecretária de políticas públicas explicada como “uma expressão que os movimentos de mulheres utilizam bastante”. Conforme Hooks (2018) o termo remete a uma ideia de solidariedade entre mulheres em oposição ao preconceito estabelecido na sociedade de que as mulheres seriam rivais umas das outras por natureza.

Continuamos a produzir o pensamento e a prática antissexista que confirmam a realidade de que mulheres conseguem alcançar a autorrealização e o sucesso sem dominar umas às outras. E temos a sorte de saber, em todos os dias da nossa vida, que a sororidade é uma possibilidade concreta, que a sororidade ainda é poderosa. (HOOKS, 2018, p. 32)

Azambuja também abordou a “paternidade responsável” como uma forma de construir novos exemplos para a sociedade, em que os homens dividem as tarefas do lar e a criação dos filhos, “permitindo assim que a mulher tenha um tempo maior e melhor”. O termo “direito (s)” faz uma referência ao direito a viver sem violência, à defesa dos direitos da mulher, a violação de direitos, a lutas por direitos e a conquista de direitos.

A discriminação de gênero (7) foi mais utilizada do que o termo (des)igualdade de gênero (2). A subsecretaria de políticas públicas utilizou como mote de sua campanha a frase “Vencer o preconceito e a discriminação tem a ver com você, tem a ver com todos nós”. Quem também utilizou este termo foi a convidada Rosimeire Batista, com as afirmativas: “As mulheres são invisibilizadas desde sempre na história da humanidade e a política é um espaço de poder que as mulheres não estão tendo acesso e precisamos discutir o porquê, quais são as causas. (...) A invisibilidade delas com certeza também é uma forma de discriminação” e “precisamos falar mais sobre o assunto, compreender, refletir sobre as causas da violência contra a mulher para quem sabe a gente mudar o padrão cultural que é aonde se fundamenta a violência e a discriminação contra as mulheres”.

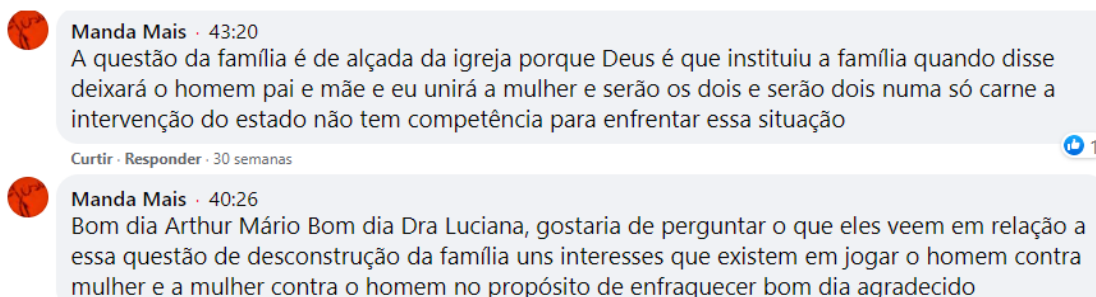
A desigualdade de gênero é um fator apontado para ausência da mulher em cargos políticos, segundo duas das entrevistadas: Luciana Azambuja e Dharleng Campos. A segunda, que é vereadora, aponta que tais cargos são de difícil acesso para mulheres. Ela

detalha que “em vários partidos, a mulher é utilizada como escada para os homens”, segundo a vereadora, as candidatas são usadas pelos partidos apenas para receber recursos de campanha. Dharleng afirmou ainda que quando mulheres conseguem chegar a tais cargos, são perseguidas por ainda serem a minoria.

Considerações Finais

De forma geral, a sociedade possui pensamentos e opiniões conservadoras sobre o papel da mulher, sustentados pela cultura ocidental, constituída por crenças religiosas de denominações cristãs. Essas opiniões ficaram evidentes nos comentários de três ouvintes da rádio, que opinaram durante as entrevistas. São eles:

Mensagens enviadas no dia 09 de março para a entrevistada Luciana Azambuja:



Fonte: Facebook/Rádio Hora⁷

Comentários enviados por aplicativo de mensagens no dia 10 de março para a entrevistada Rosimeire Batista, lidas pelo locutor durante a entrevista:

“A coordenadora diz que precisa romper com o ciclo cultural, pergunta-se: as políticas públicas não teriam que ser focadas no comportamento da mulher e sua autonomia para o trabalho, em não depender do homem? Só o homem não romperá com esse ciclo.” (Santos Júnior/ WhatsApp)

“Não sou a favor dos homens baterem e até matarem as mulheres, mas a lei está muito a favor das mulheres, tanto que se elas chegarem numa delegacia mentindo sobre agressão ou assédio você já vai preso e até explicar que focinho de porco não é tomada você já passou por constrangimento. Não seja hipócrita como outras emissoras, mulher mata, engana, trapaceia, mente, tal qual o homem. Logo estarão dizendo que Deus é machista, nem todo o homem é agressor e nem toda mulher é inocente.” (Ouvinte sem identificação/ WhatsApp)

Por meio das entrevistas veiculadas verificou-se que a emissora gospel dedicou um importante espaço na programação para discutir esses pensamentos machistas e

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?v=494983684722145&ref=watch_permalink>

reforçar a importância da igualdade de gênero e do empoderamento feminino. Por ser uma rádio gospel, sem estar vinculada a uma denominação religiosa específica, não houve cerceamentos ao se falar de temas que hoje são tão pouco comentados nas igrejas como o feminismo e a cultura patriarcal.

Os debates sobre o empoderamento feminino se reforçaram na participação da mulher na política, uma forma de alcançar maior igualdade e políticas públicas para participação ativa da mulher na sociedade. Sobre o tema, a vereadora Dharleng Campos recebeu a seguinte pergunta do comentarista do programa:

“Nesta semana que nós estamos organizando a semana da mulher, trouxemos várias mulheres empreendedoras. Queria fazer um retrospecto, esses dias uma ouvinte reclamou por que as mulheres não tem mais oportunidades na vida pública. Aí eu fiquei lembrando que nós tivemos grandes mulheres como a Oliva Enciso, que foi a primeira deputada no Estado uno, depois tivemos Neli Bacha, que chegou a prefeita, a Marisa Serrano que eu conheci nos diretórios acadêmicos e foi galgando, e tivemos a Maria Elisia Suzan, várias, hoje a Rose Modesto a deputada federal mais votada do Estado e você agora como exemplo. Qual é a diferença para a mulher fazer esse caminho, porque elas reclamam tanto que não têm espaço, mas tem umas aí que construíram esse espaço. Como é construir esse caminho, você que já foi gerente de banco, secretária e hoje é uma vereadora atuante?” (Dr. José Luiz Mikimba – médico e comentarista esportivo)

Essas considerações do médico remetem a outro pensamento muito comum na sociedade, de que as mulheres não alcançam, muitas vezes, os postos que gostariam por falta de vontade e de persistência. A desigualdade histórica é anulada nesse tipo de afirmação. A vereadora entrevistada explicou ao comentarista os vários desafios que existem para ocupar os cargos políticos, principalmente devido à discriminação de gênero:

“(…) não é um espaço fácil de ocupar, às vezes, em vários partidos, a mulher é utilizada como escada para os homens, recebe recurso, repassa para o partido, isso é muito triste, e a mulher que está do lado de fora, que escuta isso, que fica sabendo disso, se desanima. Precisamos colocar na cabeça da mulher a importância dela estar no meio político, ocupar esse cargo que deveria ser dela, mas, infelizmente, ainda vários partidos só dão condições para os homens competirem e deixa a mulher de lado, e infelizmente a mulher acaba não chegando aonde deveria chegar, mesmo com as cotas. E infelizmente quando ela chega a alguns cargos ela acaba sendo perseguida porque a maioria ali são homens. E os homens não vão dando o espaço que ela merece.” (Dharleng Campos, vereadora de Campo Grande)

Diante de tais posicionamentos ficou clara a motivação da rádio em trazer esse debate na tentativa de auxiliar numa mudança do padrão cultural existente. Através das histórias de vida, de superação e de “tocar na ferida” dos problemas das desigualdades

que existem entre homens e mulheres, das violências (física, psicológica e moral) e até mesmo do feminicídio, muitos (as) ouvintes puderam refletir e se ver dentro das próprias situações que foram contadas. Esse é o papel da mídia: suscitar reflexões que possibilitem mudanças de percepções de mundo e dos modos de vida.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. Tradução: Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70: Lisboa, 1995.

BÍBLIA ON. **Bíblia Sagrada Online**. Disponível em: <<https://www.bibliaon.com/mulher/>>. Acesso em 21 set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 16 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.104/2015, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113104.htm>. Acesso em 16 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 16 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm>. Acesso em 16 set. 2020.

CRUZ, Fábio Souza da. **Mídia e direitos humanos: tensionamentos e problematizações em tempos de globalização neoliberal**. Universidade Católica de Pelotas (UCPel). R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 182-190, jul./dez. 2011.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo 3: 81-85, 1980.

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio: o Veículo, a História e a Técnica**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1.ed., 13 reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE MS. **Casa da Mulher Brasileira**. Não se Cale. Disponível em <<https://www.naosecale.ms.gov.br/casa-da-mulher-brasileira/>>. Acesso em 05 out. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE MS. **Mapa do Femicídio - Mato Grosso do Sul**. Vol.1. Junho 2020. Disponível em: <<http://www.naosecale.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/MAPA-DO-FEMINICI%CC%81DIO-VERSAO-FINAL-Luciana.pdf>>. Acesso em 23 set 2020.

GOVERNO FEDERAL. **Casa da Mulher Brasileira é inaugurada em Campo Grande/MS**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. Brasília, DF, 03 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/casa-da-mulher-brasileira-e-inaugurada-em-campo-grande-ms>>. Acesso em 05 out. 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras/ bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1):18-34, 2005.

PARTICIPAÇÃO religiosa na mídia brasileira. **Media Ownership Monitor (MOM) - Brasil**. Destaques. Mídia e Religião. São Paulo, SP, out. 2017. Disponível em <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/participacao-religiosa-na-midia/>>. Acesso em 09 out. 2020.

QUANTIDADE de homens e mulheres. **IBGE Educa**. Conheça o Brasil – População. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em 16 set. 2020.

ROMANO, Giovanna. Datafolha: Mulheres e negros compõem maioria de evangélicos e católicos. **Veja**, 13 jan. 2020. Religião. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/religiao/datafolha-mulheres-e-negros-compoem-maioria-de-evangelicos-e-catolicos/>>. Acesso em 16 set. 2020.

TOLDY, Teresa Martinho. A violência e o poder da(s) palavra(s): A religião cristã e as mulheres. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 89 | 2010, colocado online no dia 01 outubro 2012, criado a 20 abril 2019. URL: <<http://journals.openedition.org/rccs/3761>>; DOI: 10.4000/rccs.3761.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA – MS. **Femicídio - Relatório Estatístico do Poder Judiciário**. Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, 2019. Disponível em <<https://www.tjms.jus.br/estaticos/sc/publicacoes/relatorio-femicidio-2019.pdf>>. Acesso em 11 set 2020.

VELOSO, Marcelo Augusto. Uma abordagem de gênero a partir da religião: gênero, masculino e cristianismo. In: **Corporeidade, etnia e masculinidade: reflexões do I Congresso Latino-americano de gênero e religião**. São Leopoldo: Sinodal, 2005. P.71-79.

VILHENA, Valéria Cristina. **Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia**. São Bernardo do Campo, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Religião) – Universidade Metodista de São Paulo.